



**Universidade Federal de Campina Grande  
Centro de Humanidades  
Unidade Acadêmica de Administração e Contabilidade  
Curso de Administração  
Coordenação de Estágio Supervisionado**

**A CONTRIBUIÇÃO DA CONTABILIDADE AMBIENTAL PARA A  
GESTÃO.**

**ORNEIDE GENUINO DE OLIVEIRA**

Campina Grande – 2008

**ORNEIDE GENUINO DE OLIVEIRA**

**A CONTRIBUIÇÃO DA CONTABILIDADE AMBIENTAL PARA A  
GESTÃO.**

Relatório de Estágio Supervisionado apresentado ao curso de Bacharelado em Administração da Universidade Federal de Campina Grande, em cumprimento às exigências legais para obtenção do grau de bacharel em Administração de Empresas.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Hérica Ghislânia Guimarães Pires Cabral.

Campina Grande – 2008

## COMISSÃO DE ESTÁGIO

Membros:

---

Orneide Genuino de Oliveira  
**Aluna**

---

Prof<sup>a</sup> Hérica Ghislânia Guimarães Pires Cabral - Graduada  
**Professora Orientadora**

---

Eliane Ferreira Martins - Mestre  
**Coordenadora de Estágio Supervisionado**

Campina Grande – 2008

**ORNEIDE GENUINO DE OLIVEIRA**

**A CONTRIBUIÇÃO DA CONTABILIDADE AMBIENTAL PARA A  
GESTÃO.**

Relatório aprovado: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

Prof<sup>a</sup> Hérica Ghislânia Guimarães Pires Cabral - Graduada  
**Orientadora**

---

Prof.<sup>a</sup> Maria Aldano de França Fernandes. - Mestre  
**Examinadora**

---

Prof. Patrício Henrique de Vasconcelos - Graduado  
**Examinador**

## **REGULAMENTAÇÃO**

O Estágio Curricular é objeto da Lei Federal no. 6.494/77, regulamentada pelo Decreto nº. 87.494/82 e modificada pela lei no. 8.859/94, tendo obrigatoriedade no Curso de Administração pela Resolução no. 02/93 do Conselho Federal de Educação.

Dedico este trabalho a todas as pessoas ajudaram direta e indiretamente na sua elaboração.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, em primeiro lugar a primeiro a Deus, que esteve sempre presente nos momentos mais difíceis de minha vida, me dando forças para realizar esses objetivos e muitos outros que ainda espero alcançar.

A minha família, minha mãe em especial, por sempre acreditar em mim.

À Profª Hérica , minha orientadora neste trabalho

A Profª Maria Aldano pelo incentivo e por acreditar em mim.

Aos meus amigos e colegas de turma que me ajudaram muito nesta caminhada.

À UFCG, aqui representada pelos professores e funcionários que contribuíram significativamente para minha formação acadêmica

*“Os homens obtêm êxito não por aquilo que sabem, mas pelo que se lembram e põem de fato em uso”.*

(Myles Gaythnaite)



OLIVEIRA, Orneide Genuino de. **A Contribuição da Contabilidade Ambiental Para a Gestão**. 45 f Relatório de Estágio Supervisionado (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2008.

### Resumo

No cenário atual, um dos assuntos que vem sendo discutidos é a preocupação com a preservação do meio ambiente, uma vez que, a poluição e as agressões ambientais podem provocar danos irreversíveis para a natureza. Com a criação de leis e normas governamentais, com a conscientização da sociedade e as exigências dos consumidores as empresas estão percebendo a importância da adoção de políticas e diretrizes para uma gestão ambiental responsável. A constatação que a interferência do ser humano sobre os sistemas naturais pode comprometer tanto a qualidade de vida da atual população como, a própria, vida das próximas gerações se faz necessárias ações para reverter esse quadro. A conscientização que a sociedade está adquirindo a respeito dos fatores ambientais, faz com que as empresas adotem cada vez mais uma postura ambientalmente responsável. Essa nova postura tem levado as organizações a procurar uma forma de demonstrar à sociedade o nível de preocupação e de ações executadas no sentido da busca de um desenvolvimento sustentável. Partindo-se desta premissa, essa pesquisa tem como objetivo apresentar as diversas contribuições dos estudos da contabilidade ambiental, necessárias para implantação de uma política de gestão ambiental focada na sustentabilidade. Quanto à metodologia, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema em questão. Constatou-se que a contabilidade ambiental atende aos usuários que necessitam de informação sobre os custos ambientais, classificando respostas às organizações sobre a questão ambiental fornecendo subsídios à responsabilidade social no processo empresarial de tomada de decisão. A contabilidade pode tornar-se ainda um diferencial competitivo junto ao mercado.

**Palavras-Chave:** Contabilidade Ambiental, Gestão Ambiental, Desenvolvimento Sustentável.

OLIVEIRA, Orneide Genuino de. **The contribution of Accounting For Environmental Management** 45 f Report from Stage Supervised (Bachelor of Administration) - Federal University of Campina Grande, Paraiba, 2008.

### Abstract

In the current scenery, one of the subjects that come discussed is the preoccupation with the preservation of the environment, as soon as, the pollution and the environmental aggressions can provoke irreversible damages for the nature. With the creation of laws and government standards, with the awareness of the society and the demands of the consumers the enterprises are realizing the importance of the adoption of politics and directives for an environmental responsible management. The observation that the interference of the human being on the natural systems can compromise so much the quality of life of the current population like, the own one, life of the near generations does to itself necessarily actions to revert this picture. The awareness what the society is acquiring as to the environmental factors, they do so that the enterprises adopt more and more a posture ambiently responsible. This new posture has been taking the organizations to look for the form of demonstrating to the society the level of preoccupation and of actions executed in the sense of search of a sustainable development. Breaking of this premise, this inquiry has how I aim to present several contributions of the studies of the environmental accountancy, necessary for introduction of a politics of environmental management focused in the sustainable. As for the methodology, a bibliographical revision was carried out on the subject open to question. It was noticed that the environmental accountancy attends to the users who need information on the environmental costs, classifying answers to the organizations on the environmental question supplying subsidies to the social responsibility in the business process of taking decision. The accountancy can still become a differential competitively near the market.

**Keywords:** Environmental Accounting, Environmental Management, Sustainable Development.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Modelo de Balanço Ambiental .....	21
<b>Quadro 2</b> – Interesses específicos de cada partícipe .....	23
<b>Quadro 3</b> – Necessidade de informação ambiental .....	25
<b>Quadro 4</b> – Objetivos estabelecidos por partícipe, mensagem da empresa e instrumento de comunicação .....	26
<b>Quadro 5</b> – Tipos de Contabilidade Ambiental .....	27
<b>Quadro 6</b> – As Cincos Dimensões da Sustentabilidade .....	35

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>CAPÍTULO 2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	14
2.1 Contabilidade: Origem e Conceito .....	14
2.1.1 Contabilidade Ambiental.....	14
2.1.2 Ativo Ambiental .....	16
2.1.3 Passivo Ambiental .....	16
2.1.4 Patrimônio Líquido.....	17
2.1.5 Receita Ambiental .....	17
2.1.6 Custos e Despesas Ambientais .....	18
2.1.7 Evidenciação das Demonstrações Ambientais .....	19
2.1.8 Balanço Ambiental .....	20
2.1.9 Notas explicativas ambientais .....	21
2.2. Finalidade e Destinatário da Contabilidade Ambiental.....	22
2.3. Momentos da Contabilidade Ambiental .....	23
2.4 Classificações da Contabilidade Ambiental .....	27
2.5 Áreas da Contabilidade Ambiental .....	28
2.6 Benefícios da Contabilidade de Gestão Ambiental .....	29
2.7. Sistema de Gestão Ambiental nas Empresas.....	30
2.7.1 A Utilização da Contabilidade Ambiental como Ferramenta Estratégica de Gestão Ambiental .....	32
2.8 O Desenvolvimento Sustentável e a Contabilidade Ambiental.....	34
2.9 Responsabilidade Social da Empresa .....	37
<b>CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA</b> .....	40
<b>CAPÍTULO 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	41
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	43

## **CAPITULO 1 - INTRODUÇÃO**

Um dos assuntos que vem sendo discutido nos últimos anos com grande repercussão no mundo é a questão ambiental, visto a complexidade de seus efeitos e abrangência. A preocupação com a preservação do meio ambiente passou a ser de interesse dos governos, de setores organizados da sociedade e do meio empresarial.

Diante da criação de Leis, normas governamentais e a pressão da sociedade cada vez mais exigente, as questões relativas ao meio ambiente passaram a fazer parte da gestão e da tomada de decisões das empresas, que perceberam a importância de adoção de políticas e normas de gestão ambiental, com o objetivo de reduzir o nível de poluição e agressão ao meio ambiente.

A iniciativa de adotar diretrizes de gestão ambiental é um importante diferencial em uma economia competitiva, além da conscientização de que a ausência de medidas preventivas eficazes de controle dos efeitos adversos das atividades econômicas sobre o meio ambiente, principalmente nos setores de atividades altamente poluentes, podem resultar em prejuízos futuros.

A adoção de uma política ambiental envolve valores monetários consideráveis que merecem tratamento específico quanto a sua mensuração e divulgação, de maneira que, os usuários interessados na atuação da empresa sobre o meio ambiente tenham instrumentos para análise da conduta ambiental e da situação patrimonial da empresa.

Portanto as empresas necessitam criar parâmetros, normas e procedimentos para mensurarem e divulgarem com confiabilidade os itens financeiros e econômicos relacionados com a preservação, proteção e recuperação do meio ambiente.

A contabilidade ambiental se apresenta como uma ferramenta que tem como objetivo principal mensurar e evidenciar as transações que afetam o meio ambiente.

A contabilidade exerce o papel de auxiliar as empresas na tomada de decisões, além de ser um importante veículo de comunicação entre a empresa e a sociedade, divulgando informações através das demonstrações contábeis onde serão evidenciados os itens financeiros e ambientais.

A partir do que foi exposto, justifica-se a relevância deste estudo para as organizações e levanta-se a seguinte problemática: Como se apresenta as diferentes contribuições da Contabilidade Ambiental para o exercício de uma gestão sócio-ambiental?

Para responder a esta problemática, o presente trabalho tem como objetivo geral apresentar as diversas contribuições dos estudos da contabilidade ambiental, necessárias para implantação de uma política de gestão ambiental focada na sustentabilidade.

Os objetivos específicos são: investigar junto à literatura pertinente as diversas contribuições teóricas da contabilidade ambiental para a gestão das organizações; identificar em que aspectos da gestão das organizações há influência das questões ambientais; verificar a existência de técnicas contábeis de gerenciamento sustentável para organização.

## **CAPÍTULO 2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Contabilidade: Origem e Conceito**

A Contabilidade é um dos conhecimentos mais antigos e não surgiu em função de qualquer tipo de legislação fiscal ou societária, mas pela necessidade prática do próprio gestor do patrimônio, normalmente seu proprietário, preocupado em elaborar um instrumento que lhe permitisse, entre outros benefícios, conhecer, controlar, medir resultados, obter informações sobre produtos mais rentáveis, fixar preços e analisar a evolução de seu patrimônio.

Segundo Iudícibus e Marion (2000):

O objetivo da contabilidade pode ser estabelecido como sendo o de fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade objeto da Contabilidade. (Iudícibus e Marion 2000; p.53)

Com a formação de grandes empresas, a Contabilidade passou a interessar a grupos cada vez maiores de indivíduos: acionistas, financiadores, banqueiros, fornecedores, órgãos públicos, empregados, além da sociedade em geral, pois a vitalidade das empresas tornou-se assunto de relevante interesse social.

Assim, pode-se dizer que a Contabilidade surgiu ou foi criada em função de sua característica utilitária, de sua capacidade de responder a dúvidas e de atender as necessidades de seus usuários.

A Contabilidade Ambiental está inserida no contexto do desenvolvimento sustentável, do Sistema de Gestão Ambiental nas empresas e da Responsabilidade Social, conforme veremos a seguir.

#### **2.1.1 Contabilidade Ambiental**

A Contabilidade Ambiental surgiu em 1970, quando as empresas passaram a dar um pouco mais de atenção aos problemas do meio ambiente. A contabilidade ambiental é a contabilização dos benefícios e prejuízos que o desenvolvimento de um produto, ou serviço,

pode trazer ao meio ambiente. É na verdade um conjunto de ações planejadas para desenvolver um projeto, levando em conta a preocupação com o meio ambiente.

De acordo com Ferreira, o desenvolvimento da Contabilidade Ambiental é resultado da necessidade de oferecer informação adequada à gestão ambiental.

Segundo Ferreira (2003):

Contabilidade Ambiental não se refere a uma nova contabilidade, mas a um conjunto de informações que relatem adequadamente em termos econômico, as ações de uma entidade que modifiquem seu patrimônio. Esse conjunto de informações não é uma outra contabilidade, mas uma especialização. (Ferreira 2003, p.59)

Partindo desse contexto, pode-se conceituar Contabilidade Ambiental como sendo o estudo do patrimônio ambiental, sendo este composto pelos ativos e passivos ambientais.

A Contabilidade Ambiental tem o objetivo de registrar as transações da organização que influem sobre o meio ambiente e as suas conseqüências, na posição econômica e financeira da mesma. As informações produzidas no relato ambiental vão desde os investimentos realizados, seja este de aquisição de bens permanentes ou de manutenção ou correção de efeitos ambientais, até discriminações quantitativas e qualitativas que foram usadas na recuperação e preservação.

Muitas vezes, a Contabilidade Ambiental tem o seu processo de implementação dificultado devido a vários fatores, BERGAMINI JÚNIOR (1999; p.04) enumera alguns:

- Imprecisão para conceituar custos ambientais;
- Dificuldade em calcular um passivo ambiental efetivo;
- Efeitos que os custos passados provocam na evidenciação de uma obrigação futura;
- Falta de clareza no tratamento a ser dado aos “ativos de vida longa”, como exemplo uma usina nuclear e,
- Baixa evidenciação dos danos provocados pela empresa em seus ativos próprios.

Apesar de todas essas dificuldades, é preciso que as organizações tenham a coragem e a perspicácia suficiente para perceber que não há benefício futuro sem alguma limitação seja ela de implementação ou não.



### **2.1.2 Ativo Ambiental**

É considerado ativo ambiental os investimentos de curto prazo, que são os insumos adquiridos pela organização que, conforme entendimento de Ribeiro (1992, p.90 apud Paiva, 2003,p.36 )”são adicionados ao processo produtivo para eliminar, reduzir e controlar os níveis de emissão de resíduos e ainda materiais em estoque a serem utilizados na recuperação de reparo de áreas afetadas”. Da mesma forma, os investimentos em máquinas, equipamentos, instalações etc, adquiridos ou produzidos com a finalidade de diminuir os impactos causados ao meio ambiente, os gastos com pesquisa na área ambiental que representem benefícios futuros também podem ser classificados como ativo ambiental.

Cada organização possui ativo ambiental diferente, visto que cada organização dispõe de processos operacionais distintos.

Os ativos ambientais podem estar sob a forma de capital circulante ou capital fixo. O capital circulante é o montante aplicado para a realização da atividade econômica da organização, sendo composto pelas disponibilidades e pelos ativos realizáveis a curto prazo. Nestes, podem ser lançados os direitos advindos de uma receita ambiental e os estoques, se relacionados com insumos ou com produtos reaproveitados do processo operacional. Aqueles evidenciam os recebimentos oriundos de uma receita ambiental.

O capital fixo, por sua vez, subdivide-se em: Investimentos, Imobilizado e Diferido. Nos Investimentos podem ser lançadas as participações societárias em organizações responsáveis ecologicamente. No imobilizado, bens destinados à manutenção do processo, como filtros de ar, equipamentos usados em estações de tratamento etc e, no diferido gastos com desenvolvimento de tecnologia “limpa” que beneficiará exercícios futuros. Vale ressaltar, que esses dois últimos grupos estão sujeitos à depreciação e amortização.

Também há o ativo ambiental intangível, que são os bens e direitos incorporáveis de difícil mensuração, como exemplo tem-se as certificações ISO que proporcionam maior valorização da imagem e marca da organização frente à sociedade

### **2.1.3 Passivo Ambiental**

Passivo Ambiental é toda obrigação contraída, voluntária ou involuntariamente, decorrente de aquisição de bens destinados à proteção, preservação e recuperação ambiental.

Segundo o IBRACON (1996, p.5) “ O passivo ambiental pode ser conceituado como toda agressão que se praticou/pratica contra o meio ambiente e consiste no valor de investimentos necessários para reabilitá-lo, bem como multas e indenizações em potencial”.

Os passivos ambientais ficaram mais conhecidos devido à sua conotação mais negativa, isto é, as organizações que o possuem agrediram o meio ambiente e, conseqüentemente têm de pagar quantias enormes a título de indenização de terceiros e de multas.

Os passivos ambientais não têm origem apenas em fatos ou conotação negativa, como a remediação de um problema devido ao não – cumprimento da legislação ambiental vigente ou ainda de problemas ou falhas humanas relacionadas às fases de produção. Os passivos ambientais podem ser originários também de atitudes ambientalmente responsáveis, como as decorrentes da manutenção de sistema de gerenciamento ambiental, os quais necessitam de pessoas para o seu funcionamento, de insumos, máquinas, instalações para operar o que, muitas vezes, será feito na forma de financiamento junto aos fornecedores. Esses passivos têm em contrapartida os custos ambientais.

Para Júnior (1999, p.6) “um Passivo Ambiental deve ser reconhecido, quando existe uma obrigação por parte da empresa que incorreu em um custo ambiental ainda não desembolsado, desde que atenda ao critério de reconhecimento como uma obrigação”. Portanto, esse tipo de passivo é definido como sendo uma obrigação presente que surgiu de eventos passados.

#### **2.1.4 Patrimônio Líquido**

É composto de reserva de contingências: Parte do capital destinado para investimentos em meio ambiente ou pagamento de passivos ambientais, tais como as multas e indenizações.

#### **2.1.5 Receita Ambiental**

Ao se implantar uma gestão ambiental não se tem como intenção principal a geração de receitas, mas sim uma correta responsabilidade acerca dos problemas ambientais. Contudo, isso não impossibilita que a organização possa obter lucros desse processo.

Segundo o Iudícibus & Marion, (2000) a receita pode ser definida como: “(...) o acréscimo de benefícios econômicos durante o período contábil na forma de entrada de ativos

ou decréscimo de exigibilidade e que redundam num acréscimo do patrimônio líquido, outro que não o relacionado a ajustes de capital (...).”.

Segundo Santos (2004) há três formas básicas de receita ambiental:

- Prestação de serviços especializados em gestão ambiental;
- Venda de produtos elaborados a partir de sobras de insumos do processo produtivo;
- Participação no faturamento total da empresa que se reconhece como sendo devida a sua atuação responsável com o meio ambiente.

Esse último meio pode ser calculado através de bases estatísticas feitas com o mercado consumidor, determinando o percentual de clientes que efetuaram a compra, levando-se em consideração o fator responsabilidade ambiental.

Hoje, a sociedade está mais conscientizada dos problemas ambientais e naturalmente optará pelo consumo de produtos ecologicamente elaborados, assim as organizações sentiram-se pressionadas a investirem no controle ambiental.

### **2.1.6.Custos e Despesas Ambientais**

Custos e despesas ambientais são gastos (consumo de ativos) aplicados direta ou indiretamente no gerenciamento ambiental do processo produtivo e atividades ecológicas da organização. Se aplicados diretamente na produção, estes gastos são tidos como custo, se forem usados de forma indireta são classificados como despesa.

É importante deixar claro a diferença entre custo e despesa ambiental. Consideram-se custos ambientais os gastos em função da preservação, redução ou eliminação da produção simultaneamente ao processo produtivo; e como despesas ambientais os gastos com a recuperação e reparação de danos com fatos geradores correntes ou ainda os passados não provisionados como contingências, e também aqueles incorridos sem estar diretamente relacionados com o processo produtivo da empresa, como por exemplo, os gastos administrativos incorridos em função da causa ambiental e as taxas e emolumentos decorrentes da legislação ambiental.

Segundo Ribeiro (1998, p.5 apud Kraemer 2001, p.34):

Os custos ambientais são representados pelo somatório de todos os custos dos recursos utilizados pelas atividades desenvolvidas com o propósito de controle, preservação e recuperação ambiental, em que as atividades serão aquelas

objetivamente identificáveis como relacionadas ao controle, preservação e recuperação do meio ambiente.

A caracterização dos custos ambientais ainda é de complexa tarefa, já que muitos de seus componentes são imensuráveis, ou melhor, intangíveis. Na verdade, os custos internos da organização, relacionada à preservação e controle ambiental, são os mais identificáveis e mensuráveis. São aqueles contabilizados ao longo do processo produtivo, os quais servem de base para a determinação do preço de venda dos produtos, como exemplo matéria prima, mão-de-obra, depreciação de equipamentos etc.

Já os custos externos, relacionam-se com o custo social. São os custos decorrentes do impacto da atividade da organização no meio ambiente e na sociedade, os quais a organização só responde pelo custo monetário, como exemplo, tem-se a fumaça de uma fábrica que contribui para a ocorrência de doenças respiratórias.

De acordo com o Kraemer (2001), os custos ambientais se subdividem em:

- Custos de Prevenção: destinados à redução da quantidade de poluentes expelidos no processo produtivo. Exemplo: investimentos em tecnologias limpas.
- Custos de Controle: destinam-se a manter as agressões ambientais dentro dos limites estabelecidos anteriormente. Exemplo: verificação periódica dos níveis de poluição.
- Custo de Correção: destinam-se às recuperações decorrentes dos danos causados ao meio ambiente. Exemplo: reflorestamento de áreas devastadas.
- Custo de Falhas: referem-se aos custos de falhas ocorridas no processo de redução, controle e correção da agressão ao meio ambiente. Exemplo: multas, sanções.
- Custo das Externalidades: decorrem dos impactos gerados pelas empresas, que poderão no futuro, vir tornar-se importantes. Exemplo: danos causados à saúde pela poluição atmosférica.

### **2.1.7 Evidenciação das Demonstrações Ambientais**

Os dados relativos ao meio ambiente podem ser evidenciados nas demonstrações contábeis das seguintes formas:

1. Adicionando os dados relativos ao meio ambiente no balanço patrimonial e DRE realizado pela empresa. Porém faz-se necessário às notas explicativas com relação à parte ambiental quando as informações são de difícil interpretação.
2. A elaboração do balanço patrimonial e uma DRE exclusivamente ambiental, denominada de eco-balanço. Igualmente ao balanço geral o eco-balanço também deverá ser acompanhado de notas explicativas. A evidenciação se torna necessária a partir do momento que a entidade

adota posturas ambientais no sentido de preservar o meio ambiente, demonstrando claramente a sua atuação em relação ao meio a qual esta inserida. Para Ribeiro (1992), a contabilidade, enquanto instrumento de comunicação, entre empresas e sociedade, poderá estar inserida na causa ambiental. A avaliação patrimonial considerando os riscos e benefícios ambientais inerentes às peculiaridades de cada atividade econômica, bem como a sua localização, poderá conscientizar os diversos segmentos de usuários de demonstrações contábeis sobre a conduta administrativa e operacional da empresa, no que tange o empenho da empresa sobre a questão.

As informações sobre impacto ambiental e desempenho operacional da empresa são realizadas através das demonstrações contábeis ambientais, que serão destinadas aos usuários internos e externos para tomarem decisões em relação a ela.

As demonstrações ambientais são de extrema importância para uma gestão ambiental adequada, podendo o gestor tomar decisões que beneficiem a atividade da empresa.

### **2.1.8 Balanço Ambiental**

O balanço ambiental tem por finalidade demonstrar, em valores monetários, o desempenho da atitude da empresa que possa vir a ocasionar impactos ambientais, assegurando a identificação dos custos, ativos e passivos ambientais estando em harmonia com os princípios contábeis.

O balanço ambiental tem por principal objetivo tornar público, para fins de avaliação de desempenho toda e qualquer atitude das entidades, com ou sem finalidade lucrativa, mensuráveis em moeda, que a qualquer tempo possam influenciar ou vir a influenciar o meio ambiente, assegurando que custos, ativos e passivos ambientais sejam reconhecidos a partir do momento de sua identificação, em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade. (ANTUNES, 2000, p. 7).

O Balanço Ambiental além de permitir quantificar os itens relacionados aos impactos ambientais cria uma linha base, para que possa ser feito o acompanhamento da eco-eficiência de um determinado processo ao longo do tempo, através de indicadores ambientais específicos. Por meio dele também é possível quantificar, monitorar e propor melhorias para os passivos identificados, além de identificar as oportunidades através da valorização de seus ativos ambientais.

## Balço Ambiental / Eco-balço

ATIVO AMBIENTAL	PASSIVO AMBIENTAL
<b>ATIVO CIRCULANTE</b> Disponibilidade Estoques Provisões para perdas  <b>ATIVO REALIZAVEL A L. PRAZO</b> Estoques Provisões para perdas  <b>ATIVO PERMANENTE</b> Investimento Imobilizado Diferido	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b> Fornecedores Contas a Pagar Empréstimos e Financiamentos Obrigações Sociais e Trabalhistas Obrigações Tributárias e Fiscais  <b>PASSIVO EXIGIVEL A L. PRAZO</b> Provisões Para Contingências <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> Reservas para Contingências

### QUADRO 1 – Modelo de Balço Ambiental

Fonte: Raupp (2002)

## Modelo de DRE Ambiental

### Demonstração Ambiental do resultado do Exercício

Receita Ambiental

(-) Deduções de natureza Ambiental

(=) Receita Ambiental Líquida

(-) Custos Ambientais

(=) Lucro Ambiental Bruto

(-) Despesas de Operacionalização do Meio Ambiente

(=) Resultado Ambiental

### 2.1.9 Notas explicativas ambientais

Seguindo o pensamento de Antunes (2000), as notas explicativas são informações sobre as demonstrações contábeis para as pessoas interessadas, tais como, clientes internos e externos e para toda a comunidade. As notas explicativas ambientais não são diferentes, apenas demonstram as informações sobre as demonstrações contábeis ambientais e critérios adotados como:

- Avaliação dos estoques ambientais;
- Formas de avaliação e depreciação, inclusive taxas utilizadas no exercício;
- Avaliação do ativo diferido, destacando as bases utilizadas pela empresa para ativar os gastos ambientais;
- Dívidas relacionadas ao meio ambiente, informando inclusive o critério contábil de apropriação e;
- Valor do lucro do exercício destinado a sua utilização no meio ambiente.

## 2.2 Finalidades e Destinatário da Contabilidade Ambiental

De acordo com Tinoco; Kraemer (2004) existem três razões básicas para uma empresa adotar a Contabilidade Ambiental

- 1) **Razão de gestão interna** – Está relacionada com uma ativa gestão ambiental e seu controle, visando a reduzir custos e despesas operacionais, e melhorar a qualidade dos produtos;
- 2) **Exigências legais** – A crescente exigência legal e normativa pode obrigar os administradores a controlar mais seus riscos ambientais, sob pena de multas e de indenizações;
- 3) **Demanda dos partícipes** – A empresa está submetida cada vez mais a pressões internas e externas. Essas demandas podem ser dos empregados, acionistas, administração pública, clientes, bancos, investidores, organizações ecológicas, seguradoras e comunidade local.

Convém especificamente saber por que a empresa quer um sistema de Contabilidade Ambiental. Em outras palavras, que resultados espera obter com isto. É importante conhecer quais são os objetivos.

- Saber se a empresa cumpre ou não com a legislação ambiental vigente;
- Ajudar a direção em seu processo de tomada de decisões e na fixação de uma política e nos objetivos de gestão ambiental;
- Comprovar a evolução da atuação ambiental da empresa através do tempo e identificar as tendências que se observam;
- Detectar as áreas da empresa que necessitam especial atenção (áreas críticas) e os aspectos ambientais significativos;
- No caso de empresas com uma política ambiental já estabelecida: conhecer se tem cumprido com os objetivos ambientais fixados pela companhia;
- Identificar oportunidades para uma melhor gestão dos aspectos ambientais;

- Identificar oportunidades estratégicas: como a empresa pode obter vantagens competitivas graças a melhoras concretas na gestão ambiental: quais são as melhoras que dão valor à companhia.
- Obter informação específica para fazer frente à solicitação dos partícipes concretos.

Os partícipes podem ser: diretores, empregados, acionistas, comunidade local, administração pública, clientes, fornecedores, investidores, bancos e entidades financeiras, seguradoras, organizações ecológicas, universidades e centros de pesquisas e seus interesses estão descritos no quadro 2

PARTÍCIPE	PRINCIPAIS INTERESSES
1 – Trabalhadores	Garantia de emprego. Salários. Orgulho e sentimento de dignidade. Saúde e segurança no lugar no trabalho
2 – Comunidade local	Riscos de saúde. Ruídos. Odores. Resíduos expelidos no solo, água e ar. Conhecimento da atividade da empresa. Riscos de acidente.
3 – Clientes e fornecedores	Qualidade dos produtos. Preços. Segurança nos produtos. Garantia nos produtos.
4 – Administração pública	Cumprimento da legislação. Acidentes e denúncias. Consumo de recursos. Evidência de que a empresa cumpre seus compromissos ambientais
5 – Entidades financeiras, investidores e acionistas.	Resultados financeiros. Informações sobre responsabilidade ou obrigações legais e respeito a terceiros. Custos ambientais e sua gestão. Investidores ambientais. Vantagens comerciais relacionadas com a gestão ambiental. Custo do não cumprimento legal.
6 – Organizações ecológicas	Informação ambiental no âmbito local. Impacto nos ecossistemas. Impactos ambientais do produto ou serviço.

**Quadro 2 Interesses específicos de cada partícipe**

Fonte: Fundación Fórum Ambiental (1999).

### 2.3 Momentos da Contabilidade Ambiental

Existem três momentos no processo definido de Contabilidade Ambiental de acordo com a Fundación Fórum Ambiental (1999).

Uma vez estabelecida a finalidade e os destinatários, podemos entrar no detalhe de suas três etapas principais: a medida, a avaliação e a comunicação.



**Medida** – consiste na obtenção de dados relevantes. Para isto é preciso ter definidas, antes, as áreas de influência ambiental e de criação de valor que devem ser estudadas, e os indicadores a utilizar para obter a informação adequada de cada aspecto relevante dentro de cada área.

O que é feito, neste estado, é transformar informações dispersas e heterogêneas em dados úteis, comparáveis e analisáveis.

O principal instrumento de medida são os indicadores ambientais que expressam informação útil e relevante sobre a atuação ambiental da empresa e sobre seus esforços por influenciar em tal atuação.

**Avaliação** – consiste na análise e conversão dos dados em informação útil para tomada de decisão, assim como na valoração e ponderação desta informação.

Uma vez medida a atuação ambiental da empresa, com a ajuda dos indicadores, transformamos uma informação dispersa em um sistema de dados. É o momento de avaliar e analisar estes dados, comparando a realidade com os objetivos, políticas e recursos da empresa.

Nesta fase há duas atividades importantes a realizar:

Analisar, depurar e explorar os dados para obter informação requerida, de modo que se possam tomar decisões na empresa.

Avaliar tal informação através da comparação, da ponderação e a análises da carteira ambiental.

**Comunicação** – da atuação ambiental da companhia, tanto faz dentro como fora da empresa. Tal processo de comunicação consiste na transmissão de informação sobre a atuação ambiental da empresa e dos partícipes externos ou internos, sobre a base da valoração que a direção realiza sobre as necessidades e interesses, tanto da empresa como dos diferentes partícipes.

**Destinatário e motivos (para quem?)** – A comunicação pode interessar a um grande número e partícipes, com interesses e prioridades distintos.

Em primeiro lugar, a informação deve ser dada ao destinatário. A partir daí, deve-se estabelecer o conteúdo e a forma da comunicação que mais convém aos interesses da empresa e das demandas dos distintos partícipes. O quadro 3 discorre sobre os motivos pelos quais os partícipes necessitam de informação ambiental.

PARTÍCIPES	POR QUE QUEREM INFORMAÇÃO AMBIENTAL
1 – Trabalhadores	<p>-Comprovar que seu empresário é responsável, e que qualquer risco ambiental ou de saúde se administra eficazmente.</p> <p>-Avaliar como seu trabalho tem contribuído e a atuação ambiental do conjunto da empresa.</p> <p>-Compreender quais as razões que levam a empresa a investir ambientalmente e como estas ações podem afetar seus empregos e lugares de trabalho.</p>
2 - Comunidade local	<p>-Compreender como as operações da empresa afetam a qualidade do ar, da água e do solo no âmbito local.</p> <p>-Conhecer a existência de processos e programas em marcha para administrar os riscos e os impactos ambientais.</p>
3 – Clientes	<p>-Avaliar a conveniência da empresa como potencial fornecedor.</p> <p>-Comparar a atuação da empresa com a de fornecedores alternativos.</p> <p>-Estar informados sobre possíveis riscos e responsabilidades ambientais potenciais.</p> <p>-Estar informados dos impactos ambientais associados com produtos e serviços que eles compram.</p>
4 - Fornecedores	<p>-Compreender o estabelecimento de seu cliente a respeito da gestão ambiental</p> <p>-Conhecer se seu cliente estabelece algum requisito prévio aos fornecedores antes de contratar ou comprar.</p>
5 – Administração pública	<p>-Conhecer com precisão o que a empresa está fazendo para administrar e melhorar sua atuação ambiental.</p> <p>-Assegurar o cumprimento legal por parte da empresa.</p> <p>-Tomar idéias da prática empresarial para o desenho de novas normas reguladoras.</p>
6 – Entidades financeiras, investidores e acionistas.	<p>-Avaliar o risco financeiro para poder tomar decisões ponderadas nos campos do seguro, crédito e investimento.</p>
7 – Entidades de promoção ambiental	<p>-Identificar exemplos de boas práticas.</p> <p>-Imitar as melhores atuações ambientais</p>
8 – Organizações ecológicas	<p>-Conhecer o impacto ambiental potencial da empresa no território.</p> <p>-Ter bases para intervir possíveis denúncias ou reclamações contra a empresa ou outras empresas do mesmo setor ou território.</p> <p>-Obter evidência e pontos de referência para suas campanhas de sensibilização e educação ambiental.</p>

**Quadro 3 Necessidade de informação ambiental**

Fonte: Fundación Fórum Ambiental (1999).

**Objetivos e tipologia da comunicação (para quê?)** – A partir daí, a empresa pode e deve estabelecer seus objetivos da comunicação ambiental em cada caso, assim como a tipologia ou forma de comunicação mais adequada.

Abaixo, resumimos alguns objetivos estabelecidos por cada partícipe, assim como a mensagem a lançar por parte da empresa como instrumentos de comunicação mais adequados (quadro 4).

<b>PARTÍCIPES</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>MENSAGENS</b>	<b>MEIOS DE COMUNICAÇÃO</b>
Trabalhadores	Informar as boas práticas ambientais e seus motivos	Política ambiental, objetivos e resultados.	Informe ambiental, Informe social, Memorando anual, Boletim interno de empresa.
Comunidade local	-Melhorar a compreensão sobre atividades ambientais na empresa.  -Prevenir protestos e denúncias	Limitação da contaminação, gestão dos resíduos responsáveis, atenção aos interesses da comunidade.	Informe ambiental, Visita à empresa, Boletim, Departamento de comunicação, Notas de imprensa, Grupos <i>ad hoc</i> de estabelecimento de problemas.
Clientes e fornecedores	-Assegurar novos contratos com eles.  -Aumentar quota de mercado.  -Atrair novos clientes	Vendemos produtos ambientalmente seguros, desejo de contribuir com a segurança do consumidor, desejo de conhecer as demandas do fornecedor.	Marketing, Etiquetas ambientais de produto, mala direta a clientes e a grande fornecedores.
Administração pública	-Informar de nossas boas práticas de gestão ambiental.	Atividades ambientalmente responsáveis, resumo de custos e benefícios das atuações ambientais.	Informe ambiental, Certificado ISO, negociação.
Entidades financeiras e investidores	-Mudar percepção de risco  -Melhorar a taxa de crédito.  -Atrair investidores.	Gestão do risco, economia de custos através de uma melhor gestão ambiental.	Informe ambiental, Informe social, Memória anual, Boletim, Informação de imprensa.
Acionistas	-Aumentar o preço da ação.  -Reafirmar os acionistas.  -Atrair novos acionistas.	Gestão do risco, economia de custos através de uma melhor gestão ambiental.	Informe ambiental, Informe social, Memória anual, Boletim, Informação de imprensa.
Organizações ecológicas	-Mudar sua percepção da empresa.  -Dar uma base de fato para as discussões sobre as atividades da empresa	Melhora da atuação ambiental, interesses em cooperar para melhorar os temas ambientais	Informe ambiental, Visitas, Memorando anual, negociações, Boletim, Informação de imprensa.

**Quadro 4 - Objetivos estabelecidos por partícipe, mensagem da empresa e instrumento de comunicação.**

Fonte: Fundación Fórum Ambiental (1999).

## 2.4 Classificações da Contabilidade Ambiental

A EPA (2002) classifica os tipos de Contabilidade Ambiental conforme o quadro abaixo

Tipos de Contabilidade Ambiental	Enfoque	Dirigido a usuário
a) Contabilidade Nacional	Macroeconômico, Economia Nacional	Externo
b) Contabilidade Financeira	A empresa	Externo
c) Contabilidade Gerencial ou de Custos	A empresa, Departamentos, Linha de Produção, etc	Interno

**Quadro 5 – Tipos de Contabilidade Ambiental.**

Fonte: <http://es.inel.gov/partners/acctg/acctg.htm>

**Contabilidade Nacional** – Diz respeito a toda nação subsidiando e gerando informações que podem ser utilizados no acompanhamento e avaliação das políticas macroeconômicas ambientais nacional. Trata-se do acompanhamento, gerenciamento e controle das atividades ambientais da nação, abrangendo a exploração de jazidas de minérios, reservas florestais, controle da utilização da água e do solo.

**Contabilidade Financeira** –A Contabilidade Ambiental, neste contexto, está referida à estimação e informação das responsabilidades ambientais e os custos do ponto de vista financeiro e possibilita à empresa a formulação de relatórios para usuários externos que demonstrem interesse nas informações. Este tipo de contabilidade é divulgada principalmente aos chamados *stakeholders* (instituições financeiras, investidores e outros).

**Contabilidade Gerencial** – destina-se ao uso dos gestores para tomadas de decisão, não tendo a obrigação de seguir as formas legais de confecção e divulgação. É utilizada no gerenciamento das atividades empresariais, podendo ter seus registros da maneira que melhor satisfazer seus gestores.

Neste sentido, podemos determinar que existem três possíveis contextos onde se aplica o termo Contabilidade Ambiental, um aplicado na Contabilidade Nacional, englobando aspectos macroeconômicos, e os outros dois relacionados mais à realidade microeconômica, com uma unidade empresarial, que é a que nos interessa.

Posto isto, pode-se definir a Contabilidade de Gestão Ambiental como a identificação, estimação, a análise, o relatório interno, e o uso dos materiais e da informação do fluxo da energia, da informação ambiental do custo, e de outras informações dos custos para a tomada de decisão convencional e ambiental dentro de uma organização.

A aplicação da Contabilidade de Gestão Ambiental pode potenciar grandes poupanças de custos na gestão de resíduos, dado que os custos de manuseamento e de deposição de resíduos são relativamente fáceis de definir e de imputar a produtos específicos. Outros custos ambientais, incluindo os custos da conformidade ambiental, custos legais, deterioração da imagem da empresa, e riscos e responsabilidade ambiental, são mais difíceis de avaliar.

A utilização geral da informação da Contabilidade de Gestão Ambiental serve essencialmente para ser utilizada internamente pela empresa nas suas tomadas de decisão. A nível interno, os procedimentos incluem: medições físicas do consumo de materiais e energia, fluxos de deposição e deposição final, avaliação monetária de custos, poupanças e receitas relacionadas com atividades que apresentam potenciais impactos ambientais.

## **2.5 Áreas da Contabilidade Ambiental**

As três grandes áreas que classificam os instrumentos da Contabilidade Ambiental são: produção (aspectos), direção (decisões) e meio ambiente (impactos)

**Aspectos ambientais** – são os elementos específicos das atividades, produtos ou serviços da empresa que podem interagir positivamente ou negativamente com o meio ambiente.

**Decisões ambientais** – incluem todas as políticas, estratégias, planos de ação e instrumentos de trabalho que a direção da empresa adota para desenvolver uma gestão ambiental determinada da companhia.

**Impactos ambientais** – se definem como toda troca do meio ambiente seja adversa ou benéfica ao seu resultado, total ou parcialmente, das atividades, produtos ou serviços da empresa.

## **2.6 Benefícios da Contabilidade de Gestão Ambiental**

### **Benefícios potenciais à indústria**

Identifica, estima, aloca, administra e reduz os custos, particularmente os tipos ambientais de custos.

Controla o uso e os fluxos da energia e dos materiais.

Dá informação mais exata e detalhada para suportar o estabelecimento e a participação em programas voluntários, custos efetivos para melhorar o desempenho ambiental.

Informação mais exata e mais detalhada para a medida e o relatório de desempenho ambiental, assim melhorando a imagem de companhia com os diversos interessados, tais como clientes, comunidades locais, empregados, governo e fornecedores.

### **Benefícios potenciais à sociedade**

Permite o uso mais eficiente de recursos naturais, incluindo a energia e a água;

Reduz os custos externos relacionados à poluição da indústria, tal como os custos da monitoração ambiental.

Fornece informações para a tomada de decisão, melhorando a política pública.

Fornece a informação ambiental industrial do desempenho que pode ser usada no contexto mais extenso das avaliações do desempenho e de condições ambientais nas economias e em regiões geográficas.

Os exemplos de muitas iniciativas ambientais que se beneficiam da Contabilidade de Gestão Ambiental incluem:

Prevenção da poluição

Design e implementação do sistema de gestão ambiental

Projeto para o ambiente

Cálculo dos custos, poupanças e benefícios de projetos

Estabelecimento de metas quantificadas de desempenho

Divulgação ao exterior de despesas, investimentos e responsabilidades em ambiente

Avaliação anual dos custos/despesas em ambientes

Relatório externo na área do ambiente ou da sustentabilidade

Produção mais limpa, prevenção de poluição, gestão da cadeia de fornecedores e projetos de eco-design

Avaliação de investimentos, cálculo das opções de investimento

Avaliação do desempenho ambiental dos indicadores e *benchmarking*

Relatório ambiental do desempenho.

## 2.7. Sistema de Gestão Ambiental nas Empresas

Para FERREIRA (2000, p. 639), em seu dicionário da língua portuguesa, sistemas são “um conjunto de elementos, entre os quais haja uma relação”. É o conjunto de partes que interage de modo a atingir um determinado fim, de acordo com um plano ou princípio. O todo é o que importa e para que o todo exista é necessário a integração plena das partes.

A teoria dos sistemas tem a definição etimológica, descritiva e a pragmática. Todas elas seguem a mesma linha de pensamento, que vai das partes para compor o todo. A definição de sistemas é tão abrangente que pode ser usada numa variedade de contextos, como por exemplo: sistema econômico, sistema solar, sistema nervoso, entre outros. O fato em comum entre estes e todos os demais é cada um deles possui um conjunto de elementos interrelacionados e que podemos identificar alguma função desempenhada pelo sistema como um todo.

Para Thornes e Brunsden (1997), os componentes do sistema são:

**a) Meio ambiente** – conjunto de todos os objetos que não fazem parte do sistema em questão, mas que exercem influências sobre a operação do mesmo.

**b) Elementos ou unidades** – são as partes que efetivamente compõem o sistema e que se relacionam entre si.

**c) Relações** – os elementos integrantes do sistema encontram-se inter-relacionados, uns dependendo dos outros, através de ligações que denunciam os fluxos.

**d) Atributos** – são as qualidades que se atribuem aos elementos ou ao sistema, visando caracterizá-los.

**e) Entrada (*input*)** – tudo o que o sistema recebe, de acordo com seu respectivo perfil.

**f) Saída (*output*)** – produto final dos processos de transformação a que se submete o conteúdo de entrada.

**g) Realimentação (*feedback*)** – processo de controle, para manter o sistema em equilíbrio.

**h) Modelo** – é a apresentação do sistema; constituindo-se numa abstração que tem por objetivo facilitar o estudo e análise do sistema, uma vez que permite sua melhor visualização e das relações entre os seus elementos. É construído com base em informações obtidas da realidade através da observação e/ou medição, sendo, pois, o instrumento mais útil para o estudo dos sistemas.

Nas últimas décadas as empresas têm se defrontado com um processo crescente de cobrança por uma postura responsável e de comprometimento com o meio ambiente. Esta cobrança tem influenciado a ciência, a política, a legislação, e as formas das organizações; sob pressão crescente dos órgãos reguladores e fiscalizadores, das organizações não governamentais e, principalmente, do próprio mercado, incluindo as entidades financiadoras, como bancos, seguradoras e os próprios consumidores.

Nestas condições, as empresas têm procurado estabelecer formas de gestão com objetivos explícitos de controle da poluição e de redução das taxas de efluentes, controlando e minimizando os impactos ambientais, como também otimizando o uso de recursos naturais – controle de uso da água, energia, outros insumos, etc. Uma das formas de gerenciamento ambiental de maior adoção pelas empresas tem sido a implementação de um sistema de gestão ambiental, segundo as normas internacionais Série ISO 14000.

Na busca por padrões de gestão ambiental, foi criada a NBR Série ISO 14001, que é o sistema de gestão ambiental mais utilizado pelas empresas no Brasil. Segundo esta série, as normas de gestão ambiental têm por objetivo prover às organizações os elementos de um sistema ambiental eficaz, passível de integração com outros elementos de gestão, de forma a auxiliá-las a alcançar os seus objetivos ambientais e econômicos. Essas normas enfatizam aspectos como o sistema de gerenciamento ambiental, auditoria ambiental, avaliação de desempenho, entre outros.

Na gestão ambiental destaca-se também a observância das leis e a melhoria da imagem da organização. A organização deve ser motivada por uma ética ecológica e por uma preocupação com o bem-estar das futuras gerações, com o que herdarão nossos filhos e netos. Pensar na forma como se produz hoje, para que se continue a produzir sem deixar escasso os



recursos para gerações vindouras. Não questiona a ideologia do crescimento econômico, que é a principal força das atuais políticas econômicas e, tragicamente, da destruição do ambiente global. Como enfoca Tachizawa (2002), “rejeitar essa ideologia não significa rejeitar a busca cega do crescimento econômico irrestrito, entendido em termos puramente quantitativos como maximização dos lucros”. A gestão ambiental implica no reconhecimento de que o crescimento econômico ilimitado num planeta finito só pode levar a um desastre. Dessa forma, faz-se uma restrição ao conceito de crescimento, introduzindo-se a sustentabilidade ecológica como critério fundamental de todas as atividades de negócios.

A implantação sistematizada do processo de Gestão Ambiental tem sido uma das respostas das empresas a este conjunto de pressões. Assim, a gestão ambiental tem importante significado na implementação de programas voltados para o desenvolvimento de tecnologias, ao invés de revisão de processos produtivos.

O sucesso das atividades industriais, atualmente, está ligado ao fato da existência de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Uma indústria preocupada com questões ambientais se torna mais lucrativa, pois possui vantagens competitivas ao se precaver contra possíveis problemas ecológicos.

Um sistema de gestão ambiental bem implantado proporciona melhoras nos custos das empresas. As empresas que possuem o SGA estão comprometidas com políticas ambientais, estabelecem planos e metas de melhoria contínua do meio ambiente, elaboram uma normatização interna a respeito do gerenciamento ambiental, definem indicadores de desempenho facilmente verificáveis, possuem imagem aberta e investem em comunicação e relacionamentos com a comunidade e demais partes interessadas.

### **2.7.1 A utilização da Contabilidade Ambiental como ferramenta estratégica da Gestão Ambiental**

A contabilidade ambiental é um instrumento de suma importância para que se possa analisar a valoração dos recursos naturais. Segundo Ferreira (2003, p. 59), “o desenvolvimento da Contabilidade Ambiental é resultado da necessidade de oferecer informações adequadas às características de uma gestão ambiental”. A importância da contabilidade ambiental começa a vigorar quando os problemas ambientais passam a preocupar os gestores e a sociedade. Entretanto, apesar da relevância do tema, a classe contábil dá os primeiros passos nas discussões sobre Contabilidade Ambiental.

A contabilidade ambiental juntamente com o Sistema de Gestão Ambiental eficaz e eficiente é responsável pela continuidade de resultados sustentáveis nas empresas. A mensuração dessas informações é a maneira mais coerente, pois a utilização de parâmetros torna possível a implantação de metas e a otimização de resultados.

Neste sentido FERREIRA (2003) comenta:

Surge um interesse por parte de contadores, pesquisadores e órgãos de governo de buscar novos procedimentos e metodologias que possam trazer melhores informações financeiras sobre o meio ambiente, que satisfaçam os gestores, averiguando a relação do meio ambiente com a entidade. (FERREIRA 2003, p. 25)

Cresce a importância das auditorias nas grandes empresas para avaliar os custos ambientais presentes e futuros. Cresce a importância da Contabilidade Social e Ambiental. Crescem os investimentos na recuperação e preservação ambiental. O Ativo e o passivo ambiental não podem ser mais ignorados. Eles são os subsistemas da contabilidade que identifica, avalia e evidencia os eventos econômicos e financeiros relacionados à área ambiental e serve de instrumento de comunicação entre a empresa e a sociedade.

A Contabilidade do meio ambiente tem crescido de importância para as empresas em geral porque a disponibilidade e escassez de recursos naturais e a poluição do meio ambiente tornaram-se objeto de debate econômico, político e social em todo o mundo. (TEIXEIRA, 2000 p.3).

A Contabilidade Ambiental utiliza metodologias e sistemas para identificar, monitorar e informar sobre os impactos ambientais causados pelas operações da empresa. Dentre os processos de contabilização, a valorização do meio ambiente é um dos mais criteriosos. Muitas vezes não se tem um valor monetário exato, por se tratar de bens ou serviços que não têm preço ou de difícil mensuração. Assim, reside alguma incerteza nos valores da contabilidade voltada para o meio ambiente. Contudo, ela traz benefícios para as empresas e à sociedade, permitindo o uso melhor e mais adequado dos recursos naturais, e ainda, fornecendo informações importantes para a tomada de decisões.

Segundo Tinoco e Kraemer (2004, p. 12) “a contabilidade [...] é o veículo adequado para divulgar informações sobre o meio ambiente”, sendo um fator de risco e de grande competitividade.

Com a Contabilidade Ambiental pode-se identificar, estimar, alocar, administrar e reduzir os custos ambientais da empresa, juntamente com o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) adequado, pode-se verificar melhoras relevantes através da análise das Demonstrações

Contábeis da empresa, e ainda, passar outra visão de seus produtos à sociedade. Dentro desse contexto, Tinoco e Kraemer, (2004) diz:

A Contabilidade provoca benefícios potenciais à indústria e à sociedade, entre outros: identifica, estima, aloca, administra e reduzem os custos, particularmente os ambientais; permite o uso mais eficiente de recursos naturais, incluindo a energia e a água; fornece informações para a tomada de decisão, melhorando a política pública. (Tinoco e Kraemer, 2004, p. 12)

A contabilidade Ambiental pode assumir um papel estratégico na medida em que se adotam políticas pró-ativas. Para Schaltegger e Burritt (2000), o desenvolvimento de sistemas de Contabilidade Ambiental numa empresa deve-se a dois fatores:

- a) a pressão exercida pelos *stakeholders* – a existência deste sistema permite um maior controle e clarificação das responsabilidades no desempenho ambiental da empresa;
- b) a importância econômica dos custos ambientais – aumento significativo resultante da evolução política ambiental e do conhecimento científico na área do ambiente.

Assim, o sistema de Contabilidade Ambiental pode ser considerado um importante instrumento de gestão, uma vez que facilita a integração dos aspectos ambientais na estratégia da empresa e na cadeia de decisão operacional. Sua principal contribuição é promover a transparência e oferecer mais informações aos investidores. Desta forma, facilita as decisões relativas à atitude ambiental da empresa, a partir da seleção de indicadores e da avaliação das informações relativas ao desempenho ambiental da empresa.

Designada para o registro e geração de relatórios a Contabilidade Ambiental tem como finalidade, segundo Paiva (2003, p. 17) “auxiliar na elaboração do planejamento estratégico; servir de parâmetro no gerenciamento das atividades-alvo e fornecer informações externas no sentido de prestações de contas dessas atividades”. Ela facilita o processo de gerenciamento, proporcionando vários benefícios às organizações.

### **2.3 O Desenvolvimento Sustentável e a Contabilidade Ambiental**

O termo desenvolvimento sustentável foi criado no ano de 1987 pela ex ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, e pode ser definido como:

Aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades, como também é uma forma de otimizar o uso racional dos recursos naturais e a garantia de conservação e do bem estar para as gerações futuras .

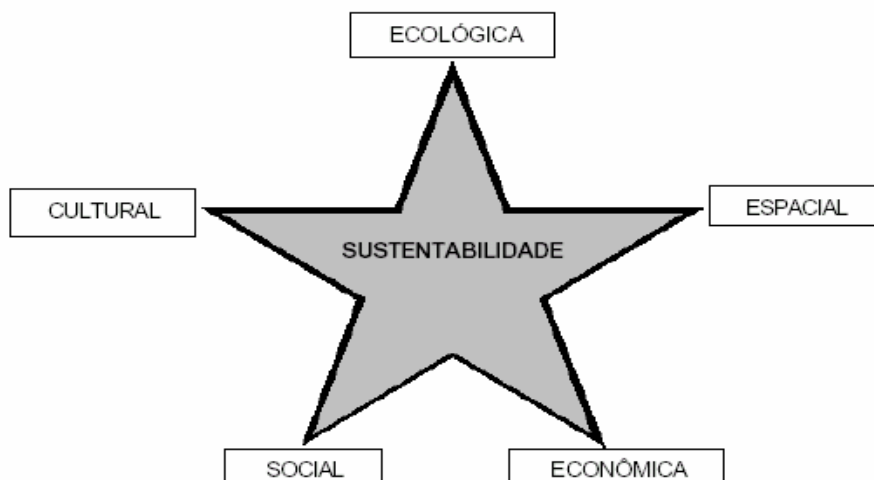
Tal conceito não implica na busca de um estado de permanente harmonia, mas sim num contínuo processo de mudança, em que a orientação dos investimentos, o desenvolvimento de novas tecnologias e a exploração dos recursos, esteja de acordo com as necessidades atuais e futuras da sociedade.

O conceito de desenvolvimento sustentável faz parte do “Relatório de Brundtland”, documento este que propõe diversas ações e diretrizes a serem empreendidas para que se efetivem as mudanças necessárias, objetivando a redução das ameaças à sobrevivência e dar um rumo viável ao desenvolvimento.

Tal relatório chega a importantes conclusões, nas quais destacamos: “De que valia será tal desenvolvimento para o mundo do próximo século, quando haverá o dobro de pessoas a depender do mesmo meio ambiente? Essa constatação ampliou nossa visão do desenvolvimento. Percebemos que era necessário um novo tipo de desenvolvimento capaz de manter o progresso humano, não apenas em alguns lugares e por alguns anos, mas em todo o planeta e por um futuro longínquo. Assim, o desenvolvimento sustentável é um objetivo a ser alcançado não só pelas nações em desenvolvimento, mas também pelas industrializadas”.

Entende-se que a contabilidade aplicada ao estudo do desenvolvimento sustentável assume uma dimensão macroeconômica, visto sob esta ótica o que se procura mensurar, em linhas gerais, é o reflexo da exploração dos recursos naturais no desenvolvimento das nações, e tais impactos devem estar mensurados no principal agregado produzido pelos sistemas de contas nacionais, qual seja, o Produto Interno Bruto(PIB).

Sachs (1996) apresenta cinco dimensões do que se pode chamar desenvolvimento sustentável:



**Quadro 6 – As Cinco Dimensões da Sustentabilidade.**

Fonte: Sachs (1996)

*A sustentabilidade social* – que se entende como a criação de um processo de desenvolvimento sustentado por uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres;

*A sustentabilidade econômica* – que deve ser alcançada através do gerenciamento e alocação mais eficientes dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados;

*A sustentabilidade ecológica* – que podem ser alcançadas através do aumento da capacidade de utilização dos recursos, limitação do consumo de combustíveis fósseis, de outros recursos naturais e produtos que são facilmente esgotáveis, redução da geração de resíduos e de poluição, através da conservação de energia, de recursos e da reciclagem;

*A sustentabilidade espacial* – que deve ser dirigida para a obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas;

*A sustentabilidade cultural* – incluindo a procura por raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, que facilitem a geração de soluções específicas para o local, o ecossistema, a cultura e a área.

Considerando as dimensões citadas, as metas do desenvolvimento sustentável são:

- ✓ A satisfação das necessidades básicas da população (educação, alimentação, saúde, lazer, etc.);
- ✓ A solidariedade para com as gerações futuras (preservar o ambiente de modo que elas tenham chance de viver);
- ✓ A participação da população envolvida (todos devem se conscientizar da necessidade de conservar o ambiente e fazer cada um à parte que lhe cabe para tal);
- ✓ A preservação dos recursos naturais (água, oxigênio, etc); e
- ✓ A elaboração de um sistema social, garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas (erradicação da miséria, do preconceito e do massacre de populações oprimidas, como, por exemplo, os índios).

O modelo de crescimento econômico gerou enormes desequilíbrios. Se, por um lado, nunca houve tanta riqueza e fartura no mundo, por outro lado, a miséria, a degradação ambiental e a poluição aumentam dia-a-dia. Diante dessa constatação, surge a idéia do desenvolvimento sustentável, buscando conciliar o desenvolvimento econômico à preservação ambiental e, ainda, ao fim da pobreza no mundo (KRAEMER, 2004, p.3).

O desenvolvimento é importante sim, mas deve ser realizado sempre em harmonia com as limitações ecológicas do planeta, justamente para que as gerações futuras possam

usufruir a riqueza produzida. A grande contradição do sistema é que seu caráter meramente capitalista, que visa o lucro máximo e, sempre, o crescimento econômico.

Portanto, a responsabilidade social da empresa relativa ao meio ambiente transformou-se em uma atitude voluntária, deixando de apresentar apenas características compulsórias, superando, assim, as expectativas da sociedade.

## **2.4 Responsabilidade Social da Empresa**

Cada vez mais ganha espaço na atualidade a discussão sobre o papel das empresas como agentes sociais no processo de desenvolvimento. Neste sentido segundo, Toro e Hoyos (1998, p. 4): "a responsabilidade social é o compromisso da empresa em contribuir com o desenvolvimento, o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida dos empregados, suas famílias e a comunidade em geral"

A responsabilidade social implica um sentido de obrigação para com a sociedade. Essa responsabilidade poderá assumir diversas formas, como proteção ambiental, projetos filantrópicos e educacionais, planejamento da comunidade, igualdade nas oportunidades de emprego, serviços sociais em geral, de conformidade com o interesse público.

Para proporcionar o bem-estar da população, as empresas necessitam empenhar-se na:

- ♦ Manutenção de condições saudáveis de trabalho;
- ♦ Segurança;
- ♦ Treinamento e lazer para seus funcionários e familiares;
- ♦ Contenção ou eliminação dos níveis de resíduos tóxicos, provenientes de seu processo produtivo e do uso ou consumo de seus produtos, sem agredir o meio ambiente;
- ♦ Elaboração e entrega de produtos ou serviços, de acordo com as condições de qualidade e segurança desejadas pelos consumidores;
- ♦ Incentivo as atividades culturais, artísticas e esportivas;
- ♦ Preservação e reforma de bens públicos.

Vários autores argumentam que o reconhecimento da responsabilidade social para o meio ambiente foi tarefa mais difícil e morosa para ser assumida pelas empresas. Essa resistência pode ser explicada, entre outros, aos seguintes fatores:

- ♦ Inexistência de legislação ambiental ou de rigor nas já existentes;
- ♦ Altos custos;
- ♦ Os consumidores não associavam a atuação e comportamento das empresas ao consumo de seus produtos.

A premissa fundamental para o desenvolvimento deste conceito é o fato de não existir empresa sem sociedade e ambiente. Para terem continuidade em longo prazo, as organizações devem ser capazes de atender as aspirações e necessidades da comunidade onde estão inseridas, apresentando uma harmonização entre os interesses econômicos da companhia com os interesses desta comunidade. Muitas vezes, a adoção de medidas favoráveis à sociedade produzem resultados econômicos menores no curto prazo, mas a garantia deles no futuro.

A empresa precisa demonstrar que está conduzindo sua operação, sob vários aspectos econômicos e mercadológicos, mas também com preocupação social e ambiental. Esta comunicação entre empresa e sociedade fortalece a imagem institucional da organização, elevando suas contas no mercado, atraindo melhores empregados e fornecedores, maiores volumes de investimentos, além de causar estímulo para que demais organizações, pertencentes ao sistema, também venham a se comportar desta forma, dando origem a um ciclo positivo e crescente que visa a eliminação de diferenças sociais e a degradação urbana e ambiental.

Atualmente todas as companhias têm acesso a recursos produtivos idênticos, decorrente disto, o compromisso delas com a sociedade e suas imagens institucionais fazem muita diferença na disputa por participação no mercado junto a concorrentes. Notadamente, quando preço e qualidade são semelhantes, os consumidores adquirem marcas ligadas às empresas que tenham dimensão ética e social.

Não obstante, muitas organizações destinam esforços humanos, materiais e financeiros a processos de preservação e recuperação do meio ambiente, mesmo que não sejam empresas poluentes, tudo porque tal comportamento é bom para suas imagens perante a sociedade. Decorrente do conceito de responsabilidade social surge à idéia de responsabilidade ambiental. Ainda por se tratar de um país em desenvolvimento, com muitos problemas

sociais, causados principalmente pela péssima distribuição de renda, o consumidor brasileiro timidamente está passando a dar preferência a produtos ambientalmente corretos mesmo que porventura apresentem preços elevados. Acredita-se que com maior conscientização da população a parcela do consumo responsável tende a crescer em termos proporcionais.

Atualmente no Brasil várias empresas vêm buscando ferramentas que lhes forneça informações precisas, com o objetivo de auxiliar na busca do desenvolvimento sustentável e de uma gestão socioambiental.



## CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA

O método de abordagem adotado para a realização desta pesquisa é o dedutivo. A pesquisa classifica-se quanto à natureza como aplicada, pois objetiva gerar conhecimentos úteis para o avanço da Gestão Ambiental, com a exploração das práticas utilizadas no ambiente da contabilidade ambiental.

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, buscando aprofundar o assunto para torná-lo mais claro. Silva (2003) destaca que a pesquisa exploratória é realizada em área que há pouco conhecimento acumulado e sistematizado, proporcionando assim maior familiaridade com o problema, tornando-o mais claro.

Na concepção de Silva (2003), a pesquisa descritiva tem como principal objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou ainda, o estabelecimento de relações entre as variáveis. A pesquisa descritiva, usualmente, é considerada intermediária entre a pesquisa exploratória e a explicativa, ou seja, não é tão preliminar como a primeira nem tão arraigada quanto à segunda. Neste contexto, descrever significa identificar, relatar, comparar, entre outros aspectos.

Quanto aos procedimentos na pesquisa científica referem-se à maneira pela qual se conduz o estudo e, portanto, se obtém os dados, nessa tipologia, a pesquisa sem enquadra como pesquisa bibliográfica.

Cervo e Bervian (1983) definem a pesquisa bibliográfica como a que explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos, livros, revistas e internet, podendo ser realizada independentemente, ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental, ambos os casos buscando conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema.

Por fim, tem-se a tipologia de pesquisa quanto à abordagem do problema, que neste caso, classifica-se como pesquisa qualitativa, Beuren e Raupp (2006, p. 92) descrevem que “na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado”, não observadas por meio de um estudo quantitativo.

Por estas características não houve necessidade de delimitar uma amostra já que o próprio ambiente de estudo da pesquisa corresponde à revisão bibliográfica por dificuldades de acesso há empresas que aplicam a contabilidade ambiental como ferramenta no auxílio das tomadas de decisões, na região onde ocorreu a pesquisa.

## **CAPÍTULO 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conhecer o meio ambiente e a amplitude das conseqüências de sua exploração, torna-se de fundamental importância para que os gestores avaliem quais danos ambientais sua empresa está ocasionando, e como estes danos podem ser prevenidos e seu impacto amenizado.

Com a crescente conscientização ambiental dos consumidores e às exigências dos investidores e acionistas da empresa cada vez mais interessados na forma pela qual as operações da empresa estão sendo conduzidas em relação à questão ambiental, está influenciando em uma mudança de comportamento das empresas e fazendo com que o conceito de administração se amplie, incluindo a variável ambiental.

O mercado não mais aceita os descasos no tratamento dos recursos naturais. Os consumidores estão interessados em produtos limpos. A legislação torna-se mais rígida, obrigando as empresas a encarar com seriedade e responsabilidade a variável ambiental em sua estratégia operacional e na tomada de decisão.

Já é comprovado que estas ações influem na decisão dos consumidores na hora da compra de produtos similares. A partir daí as empresas teriam seus concorrentes como parâmetro de comportamento na área ambiental, observados os diferentes portes econômicos e a reação do público interessado.

A contabilidade encontra-se envolvida nesse contexto como principal instrumento de comunicação da empresa com a sociedade. Desde seu surgimento, a contabilidade teve como função primordial o acompanhamento das atividades econômicas, evidenciando a situação patrimonial das empresas aos principais usuários das informações contábeis, administrativas, econômicas, sociais e ambientais, acompanhando sua evolução no decorrer do tempo.

Com a evolução e diferenciação das necessidades dos usuários, surge a contabilidade ambiental com o objetivo principal de mensurar e evidenciar as transações que afetam o meio ambiente, através da criação de parâmetros de mensuração e registro que permitam o acompanhamento da convivência da empresa com o meio ambiente e a evolução econômica e patrimonial de tal relação.

Desta forma a contabilidade ambiental cumpre seu papel de auxiliar as empresas nas suas tomadas de decisão, gerando informações de integração entre o desenvolvimento econômico e a manutenção da qualidade de vida, cumprindo assim a sua função social refletindo as ações da empresa com relação ao meio ambiente e contribuindo para uma gestão ambiental responsável.

Neste contexto, constatou-se que a contabilidade ambiental assume um papel de relevante importância e pode tornar-se um diferencial competitivo nos dias atuais, porque as exigências dos consumidores levam até mesmo à identificação das empresas socialmente responsáveis e que preservam o meio Ambiente, demonstrando preocupação com a perpetuação das espécies do planeta.

Por esse motivo, a utilização da contabilidade ambiental é fundamental, pois através do Balanço Ambiental são evidenciados todos os investimentos, obrigações e todas as despesas e custos da empresa, fornecendo assim, informações de forma transparente e fidedigna para todos os interessados na empresa como funcionários, investidores, bancos e os demais, auxiliando na implementação de programas de desenvolvimento sustentável e na geração de informações estratégicas imprescindíveis para implantação de qualquer atividade empresarial.

## REFERÊNCIAS:

ANTUNES, C. C. **Sociedades sustentáveis: a responsabilidade da contabilidade.** In: CONGRESSOS BRASILEIROS DE CONTABILIDADE, 16., 2000, Goiânia. Anais do XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade. Goiânia, 2000.

BERGAMINI JÚNIOR (1999; p.04) Classificação de Risco Ambiental: O modelo construído no BNDS <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/revista/rev2007.pdf>. Acessado em 03 de mai. 2008

BRAGA, Célia. **Contabilidade Ambiental - Ferramenta para a Gestão da Sustentabilidade.** 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

CARVALHO, Gardênia Maria Braga de. **Contabilidade Ambiental - Teoria e Prática.** 1. ed. Paraná: Juruá Editora, 2007.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica: para uso dos estudantes universitários.** 2. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978.

ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY. Disponível em: <www.epa.gov>. Acesso em: 29 mai. 2008.

FENATO, Maria Cristina Lopes, Responsabilidade Social Corporativa: Benefício Social ou Vantagem Competitiva? São Paulo, 2005. Dissertação (Departamento de Administração da Universidade de São Paulo) – Curso de Pós-Graduação, USP

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. **Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Atlas, 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Mini Aurélio. 4.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade para o nível de graduação.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IBRACON – Instituto Brasileiro de Contadores. Normas e Procedimentos de Auditoria – NPA11- Balanço e Ecologia. 1996.

JÚNIOR, Sebastião Bergamini. **Contabilidade e riscos ambientais.** Revista do BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. Rio de Janeiro, nº11, 1999.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **A Contabilidade como alavanca na construção do desenvolvimento sustentável.** Itajaí, 2005. Disponível em <http://www.artigocientifico.com.br/artigos/?mnu=1&smnu=5&artigo=1057>. Acesso em: 16/07/2008.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade Ambiental: O Passaporte para a Competitividade.** CRCSC & Você. Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina. V.1, n.1. Florianópolis: CRCSC, 2001.

PAIVA, Paulo Roberto de. **Contabilidade Ambiental** - Evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

RAUPP, Elena hahn. **Desenvolvimento sustentável: a contabilidade num contexto de responsabilidade social de cidadania e de meio ambiente**. Revista de Contabilidade Conselho Regional de São Paulo. São Paulo: n . 20, p. 04-12, junho de 2002.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. In: BEUREN, Ilse Maria (org. e colab.). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2006.  
RIBEIRO, Máisa de Souza. **Contabilidade e meio ambiente**. Dissertação (mestrado) FEA/USP, 1992.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**. In: BURSZTYN, M., org. Para pensar o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Brasiliense, 1996.

SANTOS, Adauto de Oliveira; SILVA, Fernando Benedito da; SOUZA, Synval de. **Contabilidade Ambiental: Um Estudo sobre sua Aplicabilidade em Empresas Brasileiras**. Disponível em: <<http://www.unicamp.br>>. Acesso em: 09 jun.2008.

SCHALTEGGER, S.; BURRITT, R. Contemporary environmental accounting: issues concepts and practice. Sheffield, UK: Greenleaf Publishing Limited, 2000.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira**. São Paulo: Ed. Atlas, 2002.

TEIXEIRA, L. G. A. **Contabilidade ambiental: a busca da eco-eficiência**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 16., 2000, Goiânia. Anais do XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade. Goiânia, 2000.

TINOCO, Joao E. Prudencio; KRAEMER, maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental** .1. ed. São Paulo Atlas, 2004

THORNES e Brunsten, *Geomorphology on Time*, Londres, 1977